

O tordo caga seu próprio mal

Newton Cunha - Prefácio ao livro "Como tudo pode desmoronar", Ed. Perspectiva

Peço inicialmente desculpas aos leitores pela grosseria do título, um velho provérbio greco-latino recolhido por Erasmo de Roterdã para seu adagiário (*Turdus ipse sibi malum cacat*), mas que revela, de maneira realista, embora cáustica, a nossa própria e intransferível responsabilidade pelas desastrosas consequências que se prenunciam.

Ao contrário dos evangelhos, que são as boas novas proclamadas pelos oráculos gregos e pelos livros do Novo Testamento, as numerosas e recentes investigações de caráter científico, como as da climatologia, da ecologia, da biologia, da geociência, da física, da química e mesmo da economia, nos têm advertido de que os limites do equilíbrio necessário à nossa civilização industrial estão sendo irreversível e perigosamente transgredidos. Tragédia que pode estender-se, em decorrência da constante predação, ao demais reinos da natureza, o animal e o vegetal, tanto na terra quanto no mar. Como os troianos perante as profecias de Cassandra, as desprezamos ou descremos devido à inércia, à ambição, à ignorância, a uma negligência calculada, ou, enfim, resignados pela incapacidade de deter as transformações planetárias já ocorridas e irreversíveis em nossa natureza. Incapacidade que tem sua origem na própria complexidade que as civilizações vão adquirindo, e sobretudo a nossa, industrial e mundializada. Basta pensar, como nos lembra David Korowicz, que “Os sistemas dos quais dependemos para nossas transações financeiras, para os alimentos, os combustíveis e meios de subsistência são tão interdependentes que é melhor considerá-los como facetas de um único sistema global. Manter e operar este sistema global requer muita energia e, como os custos fixos para operá-lo são altos, ele só é econômico se for operado a uma capacidade quase plena... Nossa vida diária depende da coerência de milhares de interações diretas, que por sua vez dependem de outras trilhões de interações entre coisas, empresas, instituições e indivíduos em todo o mundo. Seguindo apenas uma trilha: a cada manhã tomo café perto de onde trabalho. A mulher que me serve não precisa saber quem colheu as bagas, quem moldou o polímero para a cafeteira, como o sistema municipal entregou a água para o café, como os grãos fizeram sua viagem ou quem projetou a caneca.” [1] Tudo isso deveria nos fazer perceber que nem governos nem empresas, instituições ou indivíduos controlam de fato as dinâmicas dessa gigantesca superestrutura, nem suas ações podem, isoladamente, mudar o panorama do mundo. E nesse caso, é preciso concordar com a visão estruturalista de mundo, no sentido de que a totalidade possui ou desenvolve um comportamento

autônomo sobre a qual as partes constituintes não interferem, a ponto de transformá-la, sendo-lhe, preferencialmente, solidárias.

No mundo da economia política, por exemplo, todos os seus agentes estão preocupados quase que exclusivamente com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), dogma incontestado de suas preocupações. Como se esse valor fosse, senão o único, o mais importante de uma sociedade. E, no entanto, ele é absolutamente indiferente à maneira como os bens, os serviços e as rendas são repartidas; não toma conhecimento das taxas de violência nem dos efeitos deletérios sobre o ambiente e a biodiversidade, fenômenos em franca expansão na sociedade. Seu objetivo é puramente a quantidade produzida a mais, medida de todo o progresso.

Pois em seu livro sobre a *Metafísica e a Ciência*, escrito em forma de diálogo, diz Vacherot pela boca de um dos interlocutores, o Metafísico: “Acreditais, como todos os espíritos esclarecidos desse tempo, no progresso da Humanidade? Representais a Humanidade como um Todo que *crece indefinidamente por adição de novos elementos*, ou mesmo como um Ser vivo cujos órgãos se desenvolvem e se fortalecem incessantemente? Semelhantes concepções não se ajustam aos fatos. A queda dos impérios, a dissolução das sociedades, a decadência e a ruína das civilizações, a invasão da barbárie, as revoluções que rompem violentamente as tradições... as incertezas, as variações, os desvios, os impulsos bruscos em direção ao futuro, seguidos por estranhos recuos ao passado. Todos esses incidentes e ainda outros contradizem vitoriosamente a teoria de um progresso contínuo, uniforme, inflexível, *geométrico*, consistindo numa série não interrompida de conquistas da civilização sobre a barbárie, da ciência sobre a ignorância, da riqueza sobre a miséria, e enfim, do bem sobre o mal”. [2]

Acreditar num crescimento infinito e, ao mesmo tempo, sustentável de um fenômeno natural ou cultural é de uma parvoíce risível ou de uma arrogância visivelmente estúpida. Petulância de que o pensamento e o trabalho humanos, incontestavelmente singulares, criativos e dominadores, são capazes. Dizemos *trabalho* no sentido dado por Hannah Arendt em seu ensaio sobre *A Condição Humana*: a ação de povoar o mundo com objetos utilitários e fazer de todo meio um fim em si mesmo, submetendo a natureza a esse mesmo fim em espiral. “No mundo do *homo faber*, onde tudo deve ter seu uso imediato, isto é, servir como instrumento para a obtenção de outra coisa, o próprio significado não pode parecer senão um fim, um fim em si mesmo, e isto ou é uma tautologia aplicável a todos os fins, ou uma proposição contraditória... este dilema reside no fato de que, embora somente a fabricação, com seu conceito de instrumento, seja capaz de construir um mundo, esse mesmo mundo torna-se tão sem valor quanto o material empregado – simples meio para outros fins... e este emprego das coisas como instrumentos implica rebaixar

todas as coisas à categoria de meios e acarreta a perda do seu valor intrínseco e independente”.^[3]

Que se adicionem a essa concepção o caráter *exponencialmente cego da industrialização e de seus rendimentos no capitalismo* (igualmente vigente na competição entre países capitalistas e comunistas durante o século XX) e a *ordem mundial por um irrefreável crescimento econômico* e temos como resultado, no início deste século XXI (por volta de 2020), o fato de que agora a chamada “massa antropogênica”, artificialmente produzida e composta por todos os objetos metálicos (incluindo meios de transporte terrestre, aéreos e marítimos), vítreos, de plásticos, cerâmicos, em cimento (casas e edifícios) e agregados, como a brita, áreas asfaltadas etc, seja igual ou mesmo supere a biomassa de plantas e de animais terrestres (calculada, na mesma época, em 1,1 teratonelada, ou 1,1 trilhão de toneladas métricas).^[4]

Enfatizam ainda os autores deste refinado ensaio (já no primeiro capítulo) que “convém ter consciência de que numerosos parâmetros de nossa sociedade e do impacto sobre o planeta mostram uma velocidade exponencial: a população, o produto interno bruto, o consumo de água e de energia, a utilização de fertilizantes, a produção de motores e de telefones, a movimentação turística, a concentração atmosférica de gás de efeito estufa, o número de inundações, os danos causados aos ecossistemas, a destruição de florestas, a taxa de extinção de espécies etc. A lista não tem fim. Esse ‘quadro de bordo’, bastante conhecido entre os cientistas, converteu-se num ‘logotipo’ da nova época geológica chamada Antropoceno, era na qual os humanos tornaram-se uma força que desestabiliza os grandes ciclos biogeoquímicos do sistema-Terra”.

Mas de pouco adiantam as censuras ou advertências, mesmo as antigas, como as que o velho do Restelo faz às esquadras portuguesas no magnífico poema épico de Camões, ou seja, os reproches à ambição de conquistas humanas, a esta *hubris* (destempero ou desmedida), a este o “voo insano” (o *folle volo*) desejado e mesmo realizado pelos homens em busca de conhecimentos e de ações que ultrapassem os limites de sua condição e fragilidade, impostos ou oferecidos pela natureza.

A verdade é que não estamos dispostos – a maioria dos cidadãos, as empresas, instituições civis e os Estados – a abrir mão do enorme potencial energético dos combustíveis fósseis, mesmo porque, sem eles, ainda não temos condições de produzir e manter as benesses, comodidades e poderes que a industrialização e seus objetos nos propiciam. Pois, na verdade, nos deparamos com uma situação de aporia, de dúvida até agora insolúvel: se as indústrias movidas por petróleo, carvão, gás natural ou liquefeito de petróleo pararem total e repentinamente suas produções, a fim

de reduzir substancialmente o efeito estufa e as poluições que delas decorrem, o colapso econômico, social e político da maior parte do mundo será imediato; se continuarmos a ter como matriz energética aqueles mesmos combustíveis, o desmoronamento do sistema Terra será inevitável, ainda que postergado. Situação que levou Clive Hamilton ^[5] a bradar o “descanso eterno” da civilização industrial como decorrência, de um lado, da inação e das divergências tanto das instituições quanto das lideranças nacionais e internacionais; de outro, como resultado de nossa obsessão e arrogância pelo status socioeconômico já alcançado, não só desconectadas da natureza, mas, frequentemente, contra ela.

O que mais nos indicam as centenas de investigações e de modelos matemáticos, baseados em dados históricos e ocorrências reais?

Antes de tudo, que dos *nove* limites planetários indispensáveis à vida tal como a conhecemos em nosso pequeníssimo mundo, pois que são fatores de estabilidade da biosfera, já ultrapassamos *seis* em 2020: a mudança climática, ou seja, a concentração atmosférica em CO₂ inferior a 350 partes por milhão; a taxa de extinção da biodiversidade genética, que seria, no máximo de dez espécies sobre um milhão, já tendo alcançado mais de cem anualmente; a perturbação dos ciclos bioquímicos do nitrogênio e do fósforo, em razão do uso intensivo desses elementos na agropecuária; mudanças no uso do solo, estimadas a partir da área florestal, sendo o limite fixado em 70% da área antes do desmatamento; introdução de novas entidades no meio ambiente, tais como metais pesados, compostos orgânicos sintéticos e compostos radioativos que são fatores de poluição; o uso de água doce (calculando-se menos de 4.000 km³/ano de consumo de recursos de escoamento superficial em vertedouros) e da água verde, ou umidade do solo. Dois outros limites globais ainda não foram excedidos, embora possam acontecer: a acidificação dos mares (absorção de CO₂, com a conseqüente redução do PH) e a quantidade de ozônio estratosférico. O nono e último limite ainda não foi quantificado, ou seja, a concentração atmosférica do aerossol.

Numa obra recente, que recolhe estudos e projeções de diferentes áreas, *Como salvar nosso planeta* ^[6], pode-se ler: que as temperaturas globais poderão subir quatro graus celsius até o fim do século; que em vários países as temperaturas mais persistentes estarão ao redor de 40°C; que ondas de calor de 50°C poderão ser comuns; que nos verões os incêndios serão habituais na Austrália, na Argentina, no Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá, na Rússia, na Indonésia, na Índia, na África subsaariana e em volta das costas do Mediterrâneo; que os oceanos alcançarão temperaturas muito elevadas (com o provável desaparecimento de espécies) e a

Grande Barreira de Corais do Pacífico será então declarada morta; que várias partes do globo experimentarão secas prolongadas e sérias dificuldades de plantio ou de colheita agrícolas, devido à falta de chuvas; também por isso a desertificação crescerá e ambos os fenômenos criarão ondas de refugiados; o derretimento dos glaciares deixará de fornecer água a rios que deles dependem e a drástica redução do gelo dos polos deixará de refletir a luz solar, contribuindo para o aumento da temperatura global.

Por outro lado, preveem-se tempestades e inundações devastadoras de campos e cidades, pois o clima se comportará, como já sucede nos dias de hoje, por fenômenos extremos e acentuados. Sem mencionarmos outros problemas igualmente sérios, como a produção anual de 350 milhões de toneladas de lixo plástico, que arrasam os ecossistemas, o esgotamento gradual de lençóis d'água utilizados para a irrigação de cultivos intensivos, ou o lixo de roupas e tecidos sintéticos que se acumulará desmesuradamente em várias partes do planeta (como hoje em Gana, na Índia e no Chile).

Muito brevemente, eis aí um pequeno panorama de um futuro infelizmente bastante possível.

Colapso, desmoronamento ou catástrofe são termos ou expressões que indicam, ao fim, a ruína ou a destruição de algo. E o que vem a ser a destruição? Em primeiro lugar, deveríamos estar conscientes (nós, os pobres mortais, os senhores do mundo e quem quer que seja) de que somente o ser humano pode julgar e compreender, como testemunha, o que é uma devastação, a ruína, o colapso ou a destruição. Como nos esclarece Jean-Paul Sartre, uma fissura ou um franzimento geológico, um maremoto, um terremoto ou um incêndio florestal (fenômenos frequentes ao longo das muitas idades terrestres e que continuam a ocorrer) apenas modificam a face dos lugares afetados e suas paisagens, matando eventualmente animais e assolando a vegetação. Instala-se ali “outra coisa”, apenas diferente em sua conformação físico-química ou mesmo orgânica. Para a natureza, eis tudo. Essa mesma modificação, entretanto, lenta ou abrupta, estabelece uma relação diferenciada do ponto de vista humano. “Para que haja destruição, é preciso, inicialmente, uma relação do homem com o ser (que lhe é exterior), quer dizer, uma transcendência: e, nos limites dessa relação, é preciso que o homem apreenda o ser como destrutível”, incluindo, e devemos acrescentar, *ele próprio*. “Mas isso nada seria ainda se o ser não fosse descoberto como *frágil*. E o que é a fragilidade senão uma certa probabilidade de *não-ser* para um ser dado em circunstâncias determinadas? Um ser é frágil se ele traz em si a possibilidade definida de não-ser”.^[7]

Como tudo pode desmoronar acaba por fazer uma análise abrangente, ou seja, a que inclui vários aspectos científicos e sociopolíticos da situação que vivemos, o que amplia notavelmente a análise de um dos primeiros grandes estudos sobre o tema, o famoso Relatório Meadows ou do Clube do Roma, igualmente publicado pela Editora Perspectiva no já longínquo ano de 1973, sob o título *Os Limites do Crescimento*.

Para concluir, resta esclarecer por que o tordo (entre nós conhecido como sabiá) caga seu próprio mal. Para os antigos, segundo Plínio, o Velho (*Naturalis Historia, livro X, ornitologia*), ou ainda Ateneu (citado por Erasmo), essa ave teria o hábito de comer visco, uma planta que, mesmo após digerida, cresce em seu intestino. Com o produto da evacuação do visco, costumava-se então fazer uma cola que servia para capturar o próprio tordo, considerado uma boa iguaria. Tanto assim que Maquiavel, merencoriamente exilado em sua propriedade rural perto de San Casciano, ocupava-se, entre outras coisas, em fazer armadilhas para pegar tordos, e a língua francesa ainda conserva outro antiquíssimo ditado, para aqueles que, por necessidade, se conformam com menos: “na falta de tordos, comem-se melros” (*faute de grives, on mange des merles*).

[1] D. Korowicz, “On the cusp of collapse: Complexity, energy and the globalised economy”, in *Fleeing Vesuvius*, NSP, 2010.

[2] Étienne Vacherot, “La Métaphysique et la Science”, tomo I, Librairie de F. Chamerot, Paris, 1863.

[3] Hannah Arendt, “A Condição Humana”, capítulo IV, O Trabalho, Forense Universitária, EDUSP, Rio de Janeiro, 1981.

[4] Emily Elhacham, Liad Ben-Uri, Jonathan Grozovski, Ynon M. Bar-On, Ron Milo, “Global human-made mass exceed all living biomass”, *Nature*, 9/12/2020.

[5] “Requiem for a Species”, Taylor and Francis Publishers, 2010.

[6] Mark Maslin, “How to Save Our Planet – The Facts”, Penguin Books, 2021

[7] Sartre, “L’être et le néant”, capítulo I, Les négations, Tel Gallimard, 1943.